

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

GRAZIELE ERIG SANTORUM

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA
CULTURA DE ARQUIVO

Porto Alegre
2014

GRAZIELE ERIG SANTORUM

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA
CULTURA DE ARQUIVO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Arquivologia, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Jorge Eduardo Enriquez Vivar

Porto Alegre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice Reitor: Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice Diretor: André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Vice-substituto: Valdir Jose Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA

Coordenador: Jorge Eduardo Enriquez Vivar

Coordenador Substituto: Rafael Port da Rocha

CIP - Catalogação na Publicação

Santorum, Grazielle Erig

A Educação Patrimonial e a Construção de uma
Cultura de Arquivo / Grazielle Erig Santorum. --
2014.

42 f.

Orientador: Jorge Eduardo Enriquez Vivar.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Educação Patrimonial . 2. Arquivo. 3. Cultura
em arquivo. I. Enriquez Vivar, Jorge Eduardo ,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, n. 2705, Bairro Santana

CEP: 90035-007 - Porto Alegre - RS

Fone: (51) 3308 5067

E-mail: dc@ufrgs.br

GRAZIELE ERIG SANTORUM

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA
CULTURA DE ARQUIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Arquivologia, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Monografia aprovada em: 07/07/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Jorge Eduardo Enriquez Vivar (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Eliane Lourdes da Silva Moro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Geraldo Ribas Machado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Dedico este trabalho à minha amada família.
Em especial aos meus pais, irmã, namorado e afilhados.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço cada pão da Dona Ana e cada churrasco do Seu Rui Valdir, a lembrança doce e desconhecida da Dona Zenitha e as “ranzinices” do Seu Werly, meus avós que me alicerçam: agradeço a eles que são minhas inspirações de batalha diária e certeza de que o espírito de família é uma das maiores forças do mundo, capaz de superações e transformações.

À minha mãe, Márcia, pelo incentivo, apoio e carinho sempre, te amo!

Ao meu pai, Orion, pelo incentivo, apoio e carinho sempre, te amo!

À minha irmã, Michele, pela parceria e amizade.

Ao meu namorado, Bruno, por todo apoio, incentivo, cuidado, parceria, carinho e amizade, te amo!

Aos meus afilhados, Ana Luísa e Pedro Henrique, por serem tão fofos e queridos com o dinda.

Ao meu grande Mestre, Professor Jorge Vivar, pelos ensinamentos construídos e vivências possibilitadas ao longo destes anos que, além de fundamentarem a construção deste trabalho, determinaram a minha formação profissional e cidadã. Obrigada por esta honra!

A todos meus amigos, tios, primos, sogros, cunhados, colegas de trabalho, colegas de curso, professores... Vocês, sem dúvidas, me oportunizaram muitos aprendizados.

Aos meus colegas de atuação, das ciências da informação, que buscam fazer a diferença e deixar suas marcas por onde passam.

“O Mestre na arte da vida faz pouca distinção entre o seu trabalho e o seu lazer, entre a sua mente e o seu corpo, entre a sua educação e a sua recreação, entre o seu amor e a sua religião. Ele dificilmente sabe distinguir um corpo do outro. Ele simplesmente persegue sua visão de excelência em tudo que faz, deixando para os outros a decisão de saber se está trabalhando ou se divertindo. Ele acha que está sempre fazendo as duas coisas simultaneamente.”

Texto Budista

RESUMO

Aborda o processo de construção de uma cultura de arquivo a partir do reconhecimento e conscientização da sociedade em relação à importância dos arquivos enquanto patrimônios, responsáveis pela memória e conhecimento da sociedade, promotores de democracia e cidadania. Essa relação é vista como potencial para ser firmada com o público escolar, através de iniciativas de Educação Patrimonial. Para fundamentar tal processo, utilizamos referencial das áreas de Educação, Educação Patrimonial e Arquivologia, além de pesquisarmos o projeto *O Arquivo vai à escola: detetives investigadores e defensores do patrimônio*, do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, para partirmos de uma experiência prática de aprendizado dialógico e construído no ambiente escolar. A partir disso, foi possível perceber que a tomada dos arquivos por hábito requer pesquisa aprofundada e comprometimento de diversos seguimentos da sociedade, mas sobretudo, empenho do arquivista.

Palavras-chave: Educação. Arquivo. Educação Patrimonial. Cultura de arquivo.

RESUMEN

Estudia y analiza el proceso de construcción de una cultura de archivo desde el reconocimiento y la concientización de la sociedad al respecto de la importancia de los archivos vistos como patrimonio, así como, responsables por la preservación de la memoria, el conocimiento de una sociedad y promotores de una ciudadanía democrática. Esta relación debe ser vista como un potencial vehículo para la afirmación de los segmentos sociales en formación escolar a través de iniciativas como las de la Educación Patrimonial. Para fundamentar y apoyar este proceso, hemos utilizado como referencial teórico, las áreas de Educación, Educación Patrimonio y Archivo, además de investigar y analizar el proyecto "El Archivo va a las escuelas: detectives, investigadores y defensores del patrimonio" que desarrolla el Archivo Histórico de Porto Alegre, Moyses Vellinho. Una experiencia práctica de aprendizaje dialógico y construido en el ambiente escolar. A partir de esto, nos es posible entender que, el establecer una relación habitual con los archivos, requiere de una investigación profunda sumada al comprometimiento y participación de diversos sectores de la sociedad, pero, sobre todo, el compromiso del Archivero estando consicente de esta realidad.de

Palabras-clave: Educación. Archivo. Educación Patrimonio. Cultura de archivo.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

ICA – *International Council of Archives*

IFLA – *International Federation of Library Associations and Institutions*

MEC – Ministério da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

SMC– Secretaria Municipal da Cultura

SMED – Secretaria Municipal de Educação

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A EDUCAÇÃO EM ARQUIVOS	14
2.1 EDUCAÇÃO	15
2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	18
2.3 ARQUIVO.....	22
3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE	
MOYSÉS VELLINHO	28
3.1 O ARQUIVO VAI À ESCOLA: DETETIVES INVESTIGADORES E DEFENSORES DO PATRIMÔNIO	30
3.2 RESULTADOS DO PROJETO O ARQUIVO VAI À ESCOLA: DETETIVES INVESTIGADORES E DEFENSORES DO PATRIMÔNIO	33
4 CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXO A- Autorização de Pesquisa.....	43
ANEXO B – Formulário de Pesquisa.	44

1 INTRODUÇÃO

Provocar na sociedade a consciência sobre a importância dos arquivos e valorizá-los enquanto patrimônios, responsáveis pela memória e conhecimento da sociedade, promotores de democracia e cidadania é uma questão a ser construída. Na abordagem deste trabalho, essa percepção é tida como a construção de uma cultura de arquivo, como um processo de reconhecimento a ser estabelecido a partir de uma relação firmada com a sociedade desde os primeiros anos escolares, por meio de projetos de Educação Patrimonial.

A questão tratada neste trabalho, portanto, sugere a criação de uma cultura de arquivo tida sob um aspecto inicial da formação, tanto individual quanto coletiva do sujeito: seus primeiros anos escolares. Nessa abordagem, a criança é vista como potencial usuário do arquivo. Para embasar tais ideias, fez-se uso de teorias e conceitos das áreas de Educação, Educação Patrimonial e Arquivologia.

Inicialmente são relacionados aspectos sobre Educação, de forma a estabelecê-la como fenômeno exclusivo da natureza humana, no qual os sujeitos envolvidos são capazes de fazer trocas e onde todos saem beneficiados. Na relação entre professor e aluno, trazemos o método da dialogicidade, trabalhado pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire (1996), sob o qual incide a abertura para o diálogo e a ausência de autoridades. É a partir dessa abertura na relação entre educador e educando que provém o benefício do processo de ensino e de aprendizagem, pois parte-se do pressuposto de houve a liberdade do educando expor aí suas experiências, vivências, interesses e conhecimentos prévios. Apropriar-se da realidade do estudante possibilita ao docente modelar o conteúdo de maneira a atrair a atenção discente, e, assim, o processo de aprendizagem se torna significativo e interessante para o aluno.

No capítulo destinado às questões de Educação, tratamos, ainda, outra vantagem apresentada pelo método dialógico de Freire (1996), que é o estudo das culturas erudita e popular durante o ensino escolar, o que se alinha com as ideias dos demais autores abordados no trabalho. Isso porque as culturas são tratadas como resultantes dos trabalhos humanos, enfim. Para que possamos nos apossar de alguma cultura, temos, pois, que nos assumirmos enquanto seres sociais e históricos. Dessa forma, temos o processo de construção de cidadania e valorização da cultura como áreas a serem trabalhadas na escola de acordo com a capacidade de cada faixa-etária, porém, esse papel não se restringe unicamente às instituições escolares.

Logo, os arquivos ganham destaque. Pois, é nesse aspecto que eles têm sua imagem ampliada, pois são comumente relacionados à custódia, processamento técnico e conservação de documentos. Aqui, entretanto, agregam-se à causa da formação cultural e cidadã, abrindo suas portas para o público escolar com a oferta de atividades e ferramentas que sirvam de subsídio para o professor utilizar no processo de ensino e de aprendizado dos educandos.

Por conseguinte, a abordagem da Educação Patrimonial para fundamentar este trabalho se faz imprescindível na medida em que a entendemos como um trabalho educacional focado no Patrimônio Cultural, sendo fonte de reconhecimento individual e coletivo para os educandos. Tal assunto é abordado em capítulo específico sob a ótica de alguns autores da área, entre eles, a autora Maria de Lourdes Parreira Horta (1999, p. 6), (grifo do autor), referência sobre o tema no Brasil, que nos apresenta o termo “[...] instrumento de ‘alfabetização cultural’ [...]” para definir a Educação Patrimonial.

Após abordar a teoria sobre Educação, Educação Patrimonial e Arquivos, apresentamos o projeto *O Arquivo vai à escola: detetives investigadores e defensores do patrimônio*, do programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV), que foi escolhido para apoiar essa pesquisa. A escolha se deu em razão da abordagem metodológica da iniciativa, de caráter dialógico e construtivista. Outros traços foram significativos para a escolha do projeto, como a abordagem lúdica e o público contemplado, todos pontos a serem apresentados no trabalho.

O Arquivo vai à escola é uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e foi elaborada em 2013, pela socióloga e técnica em cultura do AHPAMV, Rosane Maria Fluck. Seus objetivos centram-se nas questões de cuidados com os bens patrimoniais, promovendo o reconhecimento e valorização dos patrimônios natural, arquitetônico e documental, a partir da construção desses conceitos no contexto escolar do próprio estudante. Relacionaremos, mais adiante, os contextos institucional, temporal, fundamentais e metodológicos da iniciativa, além de elencar os objetivos pretendidos e detalhamento da prática desenvolvida com os estudantes de Ensino Fundamental.

A pesquisa realizada, então, foi no sentido de compreender como vem se dando a aplicação e aceitação do projeto do Arquivo Histórico, mas sem a intenção de avaliar a apropriação dos conceitos de bens patrimoniais por parte discente contemplada. O objetivo do trabalho, como foi apresentado anteriormente, se detém nas questões da criação de uma cultura de arquivo. Portanto, com os resultados obtidos através de um questionário, buscou-se analisar paralelamente aos objetivos do *Arquivo vai à escola* se esse projeto é capaz de criar uma cultura de arquivo.

O que se seguiu, porém, foram incógnitas. Os resultados foram inconclusivos para nosso objetivo, de maneira a apresentarmos, como conclusão deste trabalho, um levantamento dos setores da sociedade que têm responsabilidade nesse processo de criação de uma cultura de arquivo, com o intuito de provocar e ampliar a conscientização sobre esse tema.

2 A EDUCAÇÃO EM ARQUIVOS

Para compreender a relevância do processo existente com a educação em arquivos é necessário, antes, entender como se dá a relação entre educação, Educação Patrimonial e arquivos. E como essas três áreas, quando em interferência, ganham importância no cenário cultural.

A educação, concebida por Marx¹, é um fenômeno exclusivo da natureza humana. O diferencial entre humanos e animais é o trabalho. Trabalho, esse, a ser desenvolvido justamente na escola, onde deverão ocorrer trocas entre professores, alunos, funcionários e diretores. Todavia, as trocas entre educando e professor devem ocorrer de forma dialógica, isto é, aberta ao diálogo e desimpedida de autoridade. Acredita-se que conhecendo o cotidiano e a realidade do aluno, além de ter acesso aos seus conhecimentos prévios e construídos, o processo de ensino-aprendizagem será facilitado. Outra vantagem apresentada pelo método dialógico de Paulo Freire é o estudo das <<culturas>>, tanto a erudita quanto a popular, durante o ensino escolar, promovendo a assunção.

A Educação Patrimonial é a função social e educativa do arquivo, através do qual ele é difundido entre a sociedade enquanto provedor de cultura, promovendo identidade e cidadania. O objeto principal da Educação Patrimonial é o trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural enquanto fonte primária de conhecimento. Pensa-se que a partir da Educação Patrimonial o estudante é levado à valorização de sua herança cultural. A experiência do projeto *O Arquivo vai à escola: detetives investigadores e defensores do patrimônio*, do programa de Educação Patrimonial do AHPAMV, é apresentada brevemente nessa seção para ilustrar a relação entre teoria e prática.

Os arquivos são abordados inicialmente de maneira a contextualizar sua origem, desde a Antiguidade até a atualidade, trazendo os aspectos da Arquivologia enquanto ciência preocupada com o acesso à informação. Trata sobre a natureza orgânica dos arquivos e o seu conceito de patrimônio cultural, tendo seu acesso ligado à promoção de democracia, proteção dos direitos dos cidadãos e aumento da qualidade de vida. A seguir, são relacionadas as atividades realizadas em arquivos históricos, como o arranjo e a descrição, que preveem a aplicação de serviços de difusão editorial, cultural e educativa. Para tanto, são apresentados os preceitos de marketing que são base para essas atividades.

¹ Karl Heinrich Marx (Tréveris, 5 de maio de 1818 — Londres, 14 de março de 1883) foi um intelectual e revolucionário alemão, fundador da doutrina comunista moderna, que atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista.

2.1 EDUCAÇÃO

Tendo em vista os pensamentos acerca da essência humana, concebida por Karl Marx em 1844, o filósofo e pedagogo Dermeval Saviani (2008, p.11), disserta a respeito de educação:

Sabe-se que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. Ora, o que diferencia os homens dos demais fenômenos, o que o diferencia dos demais seres vivos, o que o diferencia dos outros animais? [...] o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho. É o trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo da atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional. Para sobreviver o homem necessita extrair da natureza ativa e intencionalmente os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura). Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência de e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho.

Apresentando esse entendimento da educação enquanto fenômeno específico do ser humano, o referencial a ser tomado para se ter a compreensão de seu conceito e natureza é justamente o da natureza humana. A escola, portanto, é entendida como um espaço para trocas entre alunos, professores, funcionários e diretores, onde as relações acontecem e o trabalho se desenvolve.

Para que a escola seja de fato relevante na vida do aluno e a aprendizagem se efetive, não basta sua simples existência perante a sociedade. É necessária sua presença perante o indivíduo, que somente será conquistada através do diálogo. O autor Moran² (2008 *apud* MOREIRA, 2010, p. 12) afirma:

Para que a aprendizagem seja significativa para o aluno, a escola precisa partir do princípio de onde o aluno está, quais são as suas preocupações, necessidades, curiosidades e construir um currículo e empregar uma metodologia que dialogue continuamente com o cotidiano.

² MORAN, J. M. **Aprendizagem Significativa**. [Entrevista ao Portal Escola Conectada da Fundação Ayrtton Senna]. 2008. Disponível em: <www.eca.usp.br/prof/moran>.

Nesse processo de aprendizagem no qual o educando tem a oportunidade de dialogar diretamente com o educador, estabelecendo relações entre seus conhecimentos já adquiridos e significados, Coll e Solé³ (2006 *apud* MOREIRA, 2010, p.12) apresenta o seguinte:

A concepção construtivista responde afirmativamente que o indivíduo apenas consegue aprender quando é capaz de elaborar uma representação pessoal sobre determinado objeto da realidade ou conteúdo que pretende aprender. A elaboração da representação pessoal implica na aproximação do objeto ou conteúdo com a finalidade de aprendê-lo, entretanto certa proximidade deve apresentar um ponto de partida como suas experiências, vivências, interesses e conhecimentos prévios. Em todo este processo, verificamos que não somente modificamos o que já possuíamos, mas também interpretamos o novo de forma peculiar, de forma que possamos integrá-lo e torná-lo nosso.

Assim, o aprendizado significativo, segundo a teoria de David Ausubel (1963, 1968 *apud* MOREIRA, 1997, *passim*) requer a associação de significados, o que denota entendimento efetivo de ideias e informações – o contrário da aprendizagem mecânica – tal processo demanda conteúdo significativo, interessante para o aluno. Essa situação exemplifica a importância e a necessidade da dialética na educação.

Conhecendo as necessidades de aprendizagem de cada indivíduo, através das interações prévias, o professor tem condições de organizar o processo de aprendizagem para colocá-lo em prática. Tendo em vista que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção [...]” (FREIRE, 1996, p.47). É visto, portanto, que a boa relação entre professor e aluno tem reflexos no aprendizado do aluno. Moreira (2010, p.16) acredita que através do processo de aprendizagem “[...] o aluno adquire habilidades, atitudes, informações e valores a partir do contato com pessoas e com a realidade [...]”.

Considerando a bagagem que professor e aluno trazem intrínsecas às suas vivências, Ribeiro (2007, documento eletrônico) disserta que:

No processo pedagógico alunos e professores são sujeitos e devem atuar de forma consciente. Não se trata apenas de sujeitos do processo de conhecimento e aprendizagem, mas de seres humanos imersos numa cultura e com histórias particulares de vida. O aluno que o professor tem à sua frente traz seus componentes biológico, social, cultural, afetivo, lingüístico entre outros. Os conteúdos de ensino e as atividades propostas enredam-se nessa trama de constituição complexa do indivíduo. O processo de ensino-aprendizagem envolve um conteúdo que é ao mesmo tempo produção e produto. Parte de um conhecimento que é formal (curricular) e outro que é latente, oculto e provém dos indivíduos. [...]. Assim, a

³ COLL, C.; SOLÉ, I. Os professores e a concepção construtivista. *In: O Construtivismo na Sala de Aula*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 09-28

educação se dá na coletividade, mas não perde de vista o indivíduo que é singular (contextual, histórico, particular, complexo).

Freire (1996) por sua vez, defende que a temática de aprendizado ultrapassa a barreira da cultura erudita⁴, possibilitando ao educando o estudo do seu universo também, a partir da cultura popular. Silva (1999, p. 211) entende, então que:

a cultura não é definida por qualquer critério estético ou filosófico. A cultura é simplesmente o resultado de qualquer trabalho humano. Nesse sentido, faz mais sentido falar não em <<cultura>> sim em <<culturas>>.

O autor Paulo Freire (1996, p.41) quando trata sobre assunção da identidade cultural diz ser necessário que, ao longo do processo da prática educativo-crítica, no exercício de professores e alunos, assumam-se. Isto é: assumam-se enquanto seres sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores e realizadores de sonhos. Freire legitima, portanto, as culturas como parte do currículo escolar.

Abordando o patrimônio cultural no contexto da educação, temos o reconhecimento dos bens culturais enquanto fonte primária do conhecimento e meio importantíssimo para o fortalecimento de identidade e cidadania. Teixeira (2008, p. 206) defende que:

A ação educativa no ensino de História viabiliza a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural. Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio no ambiente escolar, estamos oferecendo subsídios para a construção do conhecimento e da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos. Ações educativas nesse sentido são importantes na medida em que os indivíduos precisam, para se reconhecerem e se diferenciarem de outros, de um "espelho" onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas e, com isso, construir a memória afetiva e sua identidade cultural.

A partir dos conceitos abordados anteriormente e pensando em uma estrutura básica para orientar o professor compor sua prática pedagógica e oportunizar a construção do conhecimento do educando, temos um documento de grande valia em nível de estrutura curricular: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que foram elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) em 1996, e são referenciais para nortear as equipes escolares na execução de seus trabalhos. Sua obrigatoriedade se dá para a rede pública de ensino, enquanto a rede privada tem adesão opcional. Sobre a relação da Educação Patrimonial, área a ser trabalhada por arquivos e museus nas escolas, o PCN trata o seguinte:

⁴ Cultura erudita é aquela proveniente de estudos, produzida através de pesquisas, análises teóricas, experimentação.

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade. (BRASIL, 1996, p. 34)

Os fundamentos da educação, abordados anteriormente, mostram a necessidade de o educando buscar a identificação própria durante o processo de aprendizagem. A área que abrange os bens culturais está muito próxima do educando, principalmente se tomada dos primeiros anos escolares, quando a criança está muito sensível para sua formação enquanto indivíduo, pertencente a uma sociedade, por exemplo. Dessa forma, o acesso à cultura desde os primeiros anos escolares tende a ampliar as chances de sucesso na construção cidadã do sujeito.

Conhecer a realidade do aluno é ideal para a prática de ensino, conforme foi visto anteriormente. Nesse sentido, o projeto desenvolvido pelo AHPAMV atrai a atenção das crianças a partir do que lhes é comum: o patrimônio do seu bairro. A apresentação com o pergaminho e livro de iluminuras, além do momento descontraído com a hora do conto, assuntos a serem abordados na próxima seção, é reflexo da ludicidade com a qual os assuntos relativos a patrimônio cultural são tratados com os estudantes dos Anos Iniciais. Conforme Adamus, Batista e Zamberlan (*apud* COSTA, 2006), “[...] os jogos, brinquedos e brincadeiras na infância são atividades essenciais para instigar a curiosidade, a autoestima e a iniciativa da criança, com isso desenvolver a linguagem, o aprendizado, o pensamento, além da atenção e concentração”.

Somando a ludicidade à bagagem de conhecimento que cada criança possui é possível ir agregando ideias sobre patrimônio, além de estimular a curiosidade dos educandos a respeito dos fazeres do AHPAMV e arquivos, de forma mais ampla.

2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Educação Patrimonial é uma ação de construir coletivamente o conhecimento, através do diálogo, das vivências e do patrimônio cultural que nos cerca. É, dessa forma, uma iniciativa viva e rica para ser trabalhada no ambiente escolar.

A Lei nº 9.394/1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece que:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996a)

Pensando na subjetividade do ser humano, as manifestações culturais desenvolvidas ao longo dos “processos formativos” são o que reconhecemos por patrimônio cultural. Sobre tal tratativa, o Art. 216 da Constituição Federal de 1988 define-os:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Educação Patrimonial em arquivos vai além da proposta da difusão em arquivos, pois, do ponto de vista de muitos teóricos da Arquivologia, a difusão é tida enquanto o "marketing dos arquivos", uma vez que objetiva informar seus serviços ao maior número de usuários reais ou potenciais, e de acordo com Horta (1999, p. 6), Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

A Educação Patrimonial, portanto, ultrapassa o objetivo de promover o arquivo enquanto prestador de serviços. A partir desse processo, o arquivo é difundido entre a sociedade enquanto provedor de cultura, promovendo identidade e cidadania. A autora Horta (1999, p. 6) defende a Educação Patrimonial como “[...] instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à

compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido [...]”.

No campo dos arquivos, há o costume, entre grande maioria das pessoas, em se pensar que os arquivos históricos são locais que guardam e preservam documentos antigos e que seu público é formado por pesquisadores da área de História. Em parte, tal afirmação tem fundamento. Todavia, a partir de 1950, na França, os arquivos passaram a ganhar maior força enquanto instrumentos para o ensino de História nas escolas. A partir disso, houve maior valorização do patrimônio documental enquanto recurso didático para o público escolar. Os autores González e Martín (1995 *apud* ALBERCH i FUGUERAS; ET AL. 2001, p.57) salienta que:

A criação dos serviços educativos contribuíram para acentuar o esforço da abertura e difusão dos arquivos e sua implantação se beneficiou pela evolução dos métodos pedagógicos que melhoram a observação e a experimentação do aluno e também o desenvolvimento da chamada história local, que torna o uso de materiais e recursos didáticos diferentes daqueles tradicionais imprescindíveis, potencializando o uso dos arquivos.

De acordo com Machado (2004), a educação das futuras gerações é a ação mais eficaz para garantir a preservação do patrimônio cultural. Em relação ao AHPAMV, Fluck (2013) explica que as atividades educativas desenvolvidas para trabalhar o conceito e o valor do patrimônio se baseiam na seguinte metodologia: “[...] ludicidade, necessária para o encontro do aluno com o Arquivo. É necessário re-significar o documento, o prédio, a natureza de forma a tornar estes bens um patrimônio, valorado como símbolo cultural [...]”.

Segundo Machado (2004, p.28), a metodologia que apoia as propostas de Educação Patrimonial:

[...] tem como princípio a experiência direta sobre os bens culturais, ou seja, a investigação de qualquer elemento do patrimônio cultural deve ser efetivada no seu ambiente. A observação concreta do objeto de investigação não pode ser substituída pelo simples discurso do professor. Como processo ativo do conhecimento, investigação e descoberta, a metodologia proposta pode ser utilizada em objetos isolados, sítios históricos, parques, comemorações, [...] formas de cultivo, enfim, em qualquer elemento do patrimônio cultural que se queira analisar. Destacam-se nessa proposta metodológica quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação.

As atividades culturais e educativas desenvolvidas por instituições arquivísticas visam fortalecer direitos do cidadão previstos na legislação, como o acesso à informação e cultura,

além de promover a busca pela história local. Porém, no Brasil, não se constituem como prática comum nas instituições públicas.

No projeto disponibilizado pelo AHPAMV, e elaborado por Fluck (2013), consta que:

O Arquivo Histórico como um espaço de memórias coletivas representa importante referencial para a cidadania. Responsável pela guarda e preservação dos documentos históricos da cidade de Porto Alegre, a instituição conta com um programa de Educação Patrimonial que atende as redes municipal, estadual e federal de ensino, bem como entidades de caráter social diversos. A maioria estudantes do ensino fundamental que, a partir dos vários projetos, reconhecem os bens patrimoniais que formam o complexo do Arquivo Histórico formado pelos patrimônios natural, arquitetônico e documental referencia para os mais diversos aspectos da história local.

Machado (2004, p. 10) conceitua patrimônio como “[...] conjunto de bens resultantes da experiência coletiva que um grupo humano deseja manter perene.”. Os esforços, ainda segundo a autora, visando a preservação do patrimônio cultural, estão associados à cidadania

Por sua vez, Pérez-Luño (2007 *apud* GORCZEVSKI; MARTIN, 2011, p.25), compreende cidadania por, entre outros, “[...] o conjunto de direitos e deveres das pessoas que pertencem a um determinado Estado.”. E, dentre os direitos do povo brasileiro, previstos na Constituição Federal de 1988, está o de acesso à cultura. O Art. 215 dispõe que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. (BRASIL, 1988)

De forma a garantir direitos da sociedade, o projeto do AHPAMV permite, a partir do conceito patrimônio, que professores, estudantes e profissionais do Arquivo possam pensar juntos acerca da realidade na qual a escola daquelas crianças está inserida historicamente. Dessa forma, essa ação educativa arquivística amplia o papel social da instituição para além de suas portas e a destaca por um caráter enérgico, qualidade necessária para atuar em comunidades menos favorecidas.

A metodologia do projeto *O Arquivo vai à escola: Detetives investigadores e defensores do patrimônio* prevê que a entrada dos representantes do AHPAMV se dê pela utilização de um espaço muito importante, a biblioteca escolar – lá os técnicos de arquivo promovem uma hora do conto diferente, com a utilização de um livro de iluminuras e um pergaminho – o ambiente é escolhido por ter semelhanças com o arquivo. Segundo o manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar (2000, p. 2) um dos objetivos da biblioteca escolar é “[...] oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento”.

Os estudantes são convidados a brincar de investigadores no projeto *O Arquivo vai à escola: Detetives investigadores e defensores do patrimônio*. Evidencia-se, então, a tentativa de criar um estereótipo para o arquivista, o que traz benefício para a classe. Essa é uma oportunidade de promover entre a sociedade a existência – e importância – desse profissional. A iniciativa é uma maneira de projetar o arquivista enquanto educador, afim de que ele cumpra um papel social, ajudando os usuários através do serviço educativo.

A promoção do acesso aos arquivos possibilita a construção de cidadania e, nada mais lógico, do que difundir o acesso nos anos iniciais – quando a criança está aprendendo a ser um sujeito crítico e quando o professor tem em suas mãos a formação de um cidadão. Dessa forma, promover ações que deem visibilidade ao arquivo é propor à sociedade uma oportunidade de cidadania e de cultura.

Segundo García Belsunce (1980 *apud* BELLOTTO, 2002), o uso que a sociedade faz de arquivos é, naturalmente, multifacetado, cambiante no tempo e disperso. Efetivamente o uso dado para os documentos de arquivo não se faz regular, tão pouco conquista um público fiel em razão da falta de costume que as pessoas têm em frequentar essas instituições. Tendo o acesso do cidadão à informação um caráter cultural, social e educativo, ele deve ser motivado pelos arquivos públicos, afinal, é a sociedade que justifica sua existência. Em adição, é necessário que o povo seja encorajado a manter essa proximidade das instituições a partir do seu direito de conhecimento.

Dessa forma, se o serviço educativo for promovido para atender o público escolar, desde as séries iniciais, e a criança tiver a oportunidade de crescer e se desenvolver enquanto cidadã e frequentadora do arquivo, a chance de conquistar um usuário amplia-se. Inserida nessa utopia da criação da “cultura de arquivos” na sociedade, a criança tem papel fundamental. Pois é nesse personagem que se inicia o processo de transformação da mentalidade existente a respeito do patrimônio arquivístico brasileiro e seu papel cidadão na história do povo.

2.3 ARQUIVO

Os arquivos têm suas origens com a invenção da escrita, há cerca de 6 mil anos atrás. Essa origem está ligada à função depositária e acumuladora de documentos. Sua constituição

enquanto ciência se deu ao passar do tempo, através da evolução das civilizações. De acordo com Alberch i Fugueras e outros (2001, p. 30):

Seguindo a já clássica divisão proposta por Robert H. Baurtier, a história dos arquivos pode ser sintetizada em quatro grandes períodos:

- 1) A época dos arquivos dos palácios, por assim dizer, a Antiguidade.
- 2) A época dos cartulários correspondente à Idade Média (séculos XII – XV).
- 3) A época dos arquivos enquanto arsenais de autoridade, que engloba desde o século XVI até os primórdios do século XIX.
- 4) A época dos arquivos enquanto laboratórios da história, que se estendem do início do século XIX até metade do século XX.

Considerando as ideias do mesmo autor, temos uma discussão dicotômica ao longo do progresso da ciência arquivística. O processo de cada nação em relação aos seus arquivos está diretamente ligado ao seu desenvolvimento histórico e político, de modo que as temáticas controversas apresentadas em relação aos arquivos são o “[...] abandono e a preocupação extrema, a liberação e a restrição, a profissionalização e o amadorismo.” (ALBERCH I FUGUERAS; et al. 2001, p. 29).

Tratando-se de uma perspectiva mais atual, da década de 1980 até os dias atuais, temos uma ampliação do conceito meramente custodial dos arquivos para a perspectiva pós-custodial, então, passa-se a aceitar o arquivista como cientista da informação, agregando a ele o conhecimento sistematizado da recuperação da informação.

Contextualizadas épocas e possíveis contrastes entre as realidades nacionais, temos o seguinte o conceito para arquivo em nosso país, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2005, p. 27):

1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte;
2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos;
3. Instalações onde funcionam arquivos;
4. Móvel destinado à guarda de documentos.

Em relação a esse “conjunto de documentos” referido no conceito acima apresentado, sabemos que a existência de um arquivo se dá através do processo de acúmulo de documentos orgânicos que contam a vida de suas instituições. Tais documentos, segundo Heloísa Liberalli Bellotto (2012, p.167), são:

Testemunhos inequívocos da vida das instituições. Estão registradas nos arquivos as informações sobre o estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as

operações e as atuações levadas a efeito, por uma entidade pública ou privada, no decorrer de sua existência. Arquivos são capazes de demonstrar como decorrem – e decorreram – as relações administrativas, políticas e sociais por ela mantidas, tanto no âmbito interno como no externo, sejam com outras entidades de seu mesmo nível, ou com as que não lhe são, hierarquicamente, superiores ou inferiores. Estão na raiz de todos os atos de causa, efeito e resultado do para quê, do como, do porquê, do quando e do quanto, sob todos os pontos de vista, do ser e do existir das entidades que vão surgindo, decorrência das necessidades de uma sociedade. (BELLOTTO, 2002, p.167).

Todavia, além de servir para a administração, os arquivos são fundamentais para atender questões culturais na sociedade nas quais estão inseridos. Ramon Alberch i Fugueras e outros (2001, p. 10) dispõe o seguinte:

O objetivo de organizar e manter arquivos adquire corretamente sua dimensão cívica se assumirmos que estes centros funcionam muito diretamente com os valores dos bens públicos, como memória, identidade e conhecimento, que, não por coincidência, estão normalmente associadas a efeitos indispensáveis do conceito moderno de cultura. Envolvimento claramente direto e decisivo dos arquivos na promoção e divulgação dos valores assumidos pela sociedade como fundamentais.

Alberch i Fugueras e outros (2001, p. 10), afirmam, ainda, que “[...] a noção de patrimônio documental de caráter histórico constitui valor essencial e básico aos arquivos [...] sem o qual, seria impossível utilizar sua informação para fomentar a memória, a identidade e o conhecimento.”.

O sentido dos arquivos ligados à cidadania se deu com a Revolução Francesa. Gerir e prover o acesso aos documentos, seja à administração ou à população, é dever intrínseco das instituições arquivísticas desde os primórdios. A Declaração Universal sobre os Arquivos, elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA, 2010, documento eletrônico) institui que:

Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio [patrimônio] único e insubstituível transmitido de uma geração a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida.

Nesse contexto, os arquivos se mostram importantes “instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991). Os documentos de arquivos são base para o conhecimento da

pessoa ou entidade que os geraram, e, através desse meio, é possível conhecer seu passado e sua evolução.

Tão importante quanto a guarda e a preservação dos acervos documentais, os arquivos, enquanto locais físicos, devem prestar serviços que possibilitem o acesso à informação. Alberch i Fugueras e outros (2001, p.18) afirmam que “[...] os arquivos também são as instituições responsáveis por proteger a documentação, assim como o espaço físico onde se conserva corretamente os documentos, de maneira a garantir seu acesso, preservação e uso.”. Como é visto, os objetos que abrangem a ciência Arquivística são muitos, e por esse motivo, a Arquivística faz uso da interdisciplinaridade para geri-los. De acordo com Alberch i Fugueras e outros (2001, p.13) as disciplinas trabalhadas na área, são:

História e suas ciências auxiliares, direito e história das instituições, legislação e regime jurídico, teoria e sistemas de organização, técnicas de direção e gestão, princípios de marketing e difusão, e também as tecnologias de informação e comunicação.

Inseridas na realidade de um arquivo histórico, cuja documentação é de caráter permanente, em função do valor histórico probatório que adquiriram ao longo de sua vida, algumas das disciplinas citadas acima podem ser trabalhadas com maior ênfase. Os campos de comunicação e marketing, por exemplo, propiciam técnicas valiosas para se promover visibilidade ao arquivo, de forma a oportunizar cidadania e cultura aos usuários.

Em Arquivologia, as atividades a serem desempenhadas em um arquivo histórico são arranjo, descrição e difusão editorial, cultural e educativa, sendo essa última baseada justamente em preceitos de comunicação, marketing e políticas de qualidade. De acordo com García (1999, p.30), o objetivo primordial da difusão nos arquivos consiste em:

Trazer aos cidadãos, peritos ou leigos, o conteúdo dos mesmos; ao mundo das instituições geradoras de documentos, a história e identidade de nossa nação, testemunhando sua existência e evolução, conscientizando o cidadão, incluindo a administração, sobre a importância de nossos centros, de sua utilidade e dos serviços que presta em benefício da comunidade.

A promoção do acesso ao arquivo tem caráter democrático e, para tanto, a eficiência e eficácia são estabelecidas com a primazia do usuário, que, segundo Bellotto (2006, p. 230) é: “[...] o historiador, o administrador e o cidadão. Para o primeiro, ali se concentra sua matéria-prima profissional; para o segundo, seu arsenal de provas; para o terceiro, os dados que informam e definem a comunidade em que vive e sua própria atuação nela.”.

Partindo do princípio de que o arquivo cumpre suas funções principais de arranjo e descrição documental, e parta para essa ação secundária de comunicar a sociedade sobre sua existência, esse segundo passo deve ser muito bem pensado. Alberch i Fugueras e outros (2001, p.28), alertam:

Devemos elaborar o planejamento estratégico de promoção da imagem do arquivo e assumir que a consequênciadesse objetivo passa primordialmente a contar com uma imagem e identidade institucionais plenamente consolidadas. E isso supõe perguntarmos sobre nosso pleno exercício, e refletir sobre nosso trabalho, nossos recursos e nossos clientes potenciais para definir com precisão os traços e valores distintivos entre o arquivo e o que pretendemos projetar de maneira clara e sintética à sociedade.

Durante planejamento estratégico⁵, portanto, tem-se o ensejo de apontar oportunidades e ameaças⁶, forças e franquezas⁷ que servem para desenhar as ações a serem desenvolvidas com o intuito de disseminar entre o público-alvo, determinado durante o planejamento, os serviços prestados pelo arquivo. Dessa forma, além de atender ao pesquisador – usuário mais presente e ativo – tende-se a expandir o tanto o tipo, quanto o número de usuários.

Vista a importância em se criar métodos de trabalho para desenvolver o arquivo enquanto centro de cidadania, promovendo o acesso à informação, é necessário tratar sobre as relações a serem criadas entre arquivo e sociedade. Os eventos a serem promovidos pelos arquivos são diversos, dependendo, exclusivamente, do público que se deseja atingir. No caso da difusão editorial, são seus exemplos guias, catálogos, índices, manuais, livros e publicações diversas que referenciam o acervo. Já a difusão cultural acontece através da organização de debates, palestras, exibição de filmes, documentários, lançamentos e sessões de autógrafos. Em relação à difusão educativa, ela se dá com a promoção de visitas guiadas, exposições de documentos, realizações de oficinas e outros eventos já citados, porém, visando a participação do público estudantil.

A entrada do público escolar nos arquivos, por sua vez, costuma acarretar benefícios para a instituição. Alberch i Fugueras e outros (2001, p. 58) defendem:

A superação da visão tradicional do arquivo concebido como um espaço reservado a um grupo restrito de usuários, onde se conservam e custodiam documentos tem propiciado um impulso que fomenta a dimensão social e cultural mais ampla do arquivo, enquanto serviço público dedicado à difusão do patrimônio cultural que preserva.

⁵ É um processo gerencial que diz respeito à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e para sua execução, levando em conta as condições internas e externas à empresa e sua evolução esperada.

⁶ Características do ambiente externo, segundo Kotler.

⁷ Características do ambiente interno, segundo Kotler.

Assim, a influência do arquivista fica evidente nessas ações desenvolvidas pelo arquivo, tanto no nível de planejamento quanto de execução. E, dessa forma, evidencia-se a atuação do profissional da informação, sugerida pelo paradigma pós-custodial, ao ser responsável pela relação importante entre usuário e informação.

3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO

Sob o aspecto da Educação Patrimonial na construção de uma cultura de arquivo, é possível fazer uma analogia sobre o mundo dos livros e leitura, pois se diz que nada melhor para formar um leitor do que pelo exemplo de uso do livro e prática da leitura vindos de casa. A criança, quando cresce em um lar onde os pais têm o hábito da leitura, frequentam bibliotecas e livrarias e estimulam-na para isso, tende a desenvolver esse mesmo gosto. Da mesma forma os arquivos – se incentivados desde o princípio – se tornarão hábito na vida da criança e do cidadão.

Toma-se o público infantil como eixo central da proposta de construção de uma cultura de arquivo por meio da Educação Patrimonial, pois parte-se do princípio de que é a partir da infância, na formação do sujeito, que se desenvolvem os hábitos que influenciarão quem será esse indivíduo no futuro.

Assim, é possível relacionar os arquivos a qualquer indivíduo, pois aqueles entram na vida de qualquer um desses desde muito cedo: através da certidão de nascimento e todas outras atividades registradas em documentos ao longo da vida. Inclusive através de um desprezioso álbum de fotografias da infância, que tende a ser muito bem cuidado pela mãe e posteriormente pelo respectivo dono, já em idade adulta, com intuito de preservar a memória pessoal e familiar do indivíduo.

Esse é o sentido dos arquivos em nossa vida: têm significados particulares e coletivos e, se bem cuidados, podem ser transmitidos de uma geração à outra. Porém, se possuem toda essa representatividade no contexto familiar, imagine tomando a dimensão de uma vila, de um bairro, de uma cidade. Os arquivos municipais, deste modo, têm neles a memória da cidade e, conseqüentemente, um potencial incrível de histórias a serem exploradas.

Conforme abordado anteriormente, o autor Alberch i Fugueras e outros (2001) expõem a valia dos arquivos nos métodos pedagógicos enquanto melhora na prática da observação e experimentação do aluno, trazendo benefícios para a aprendizagem da história local. Portanto, a aproximação entre arquivo e criança pode acontecer inicialmente através da escola.

Dessa forma, será apresentado a seguir o contexto do programa de Educação Patrimonial do AHPAMV, refletindo sua história e local, além da preocupação em desenvolver projetos e atividades que conscientizem o público escolar da importância dos bens patrimoniais.

O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho é um órgão público municipal, vinculado à Secretaria Municipal da Cultura (SMC) da Prefeitura de Porto Alegre. A instituição é responsável por custodiar os documentos históricos provenientes do município de Porto Alegre, zelando pela preservação de tal documentação. De acordo com o Guia do Arquivo, suas funções são: “[...] recolher, higienizar, recuperar e/ou restaurar, organizar, acondicionar e preservar os documentos de terceira idade, produzidos e recebidos pelos poderes municipais de Porto Alegre, além de acervos privados de interesse à memória da cidade.”. (PORTO ALEGRE, 2009, p.18). O acervo do AHPAMV é composto por mais de 1,5 mil documentos, que vão desde 1764 até dias de hoje.

A instituição funciona no bairro Partenon, em casarões construídos em torno de grande área verde na década de 1890, pelo Sr. Eugênio Pinto Cardoso Malheiros, que, segundo Minuzzo (2010, p. 40), “[...] atuou com bacharel em Direito, Deputado provincial (1871/72), Procurador da Fazenda Nacional e Promotor Público.” em seu tempo. Entre a década de 1910 até o final de 1970, os casarões abrigaram escolas públicas estaduais e até mesmo sede de Movimento Tradicionalista Gaúcho. Mesmo com as modificações internas que o espaço sofreu, a fachada original foi mantida, bem como a vegetação do entorno foi preservada.

Tendo em vista o cenário cultural histórico tão vivo, que remonta bens naturais, arquitetônicos e documentais, percebe-se forte atuação do AHPAMV enquanto instituição preocupada em promover aos seus usuários acesso à informação e cultura. O Guia (PORTO ALEGRE, 2009, p.24), dispõe que:

O Arquivo Histórico [...] disponibiliza, aos seus usuários: documentos, livros, jornais, mapas, plantas e outras espécies de documentos, que podem dar suporte e embasar seus trabalhos de pesquisa [...]. Busca e acolhe parcerias, formais e informais, com professores de instituições de ensino, para dar, além de suporte informacional para as disciplinas, suporte técnico e prático [...], mostrando que documentos, informações e saberes não devem apenas ser guardados e preservados, mas sim, usados para o crescimento pessoal, intelectual e profissional. [...] com seu Programa de Educação Patrimonial, [...] atinge o público estudantil nos seus estágios iniciais de ensino [...], profissionais, estudantes e cidadãos interessados na ampliação da abrangência dos seus trabalhos e estudos teóricos e práticos.

Assim, é possível transcender as atividades que visam à preservação patrimonial, a partir do momento em que o público escolar – crianças e jovens – é convidado para entrar no arquivo. Através do Programa de Educação Patrimonial, criado em 2005, crianças e jovens entre 6 e 16 anos participam de atividades que visam:

1º Criar um vínculo com a comunidade porto-alegrense incidindo sobre noções de pertencimento;

- 2º Sensibilizar para as questões de patrimônio natural e cultural – material e imaterial, fomentando atitudes de reconhecimento e respeito à marca cultural humana e de cuidado com toda a vida planetária;
- 3º Fazer inclusão cultural de públicos cujos referenciais se encontram distante deste suposto mundo de eruditos, garantindo o direito à memória. (PORTO ALEGRE, [201?], p. 6 *apud* MINUZZO, 2010, p. 51).

Tendo em vista o objetivo de “sensibilizar para as questões de patrimônio natural e cultural – material e imaterial, fomentando atitudes de reconhecimento e respeito à marca cultural humana e de cuidado com toda a vida planetária”, explicitado acima, o AHPAMV desenvolveu o projeto *O Arquivo vai à escola: Detetives investigadores e defensores do patrimônio*, a ser apresentado no próximo capítulo.

3.1 O ARQUIVO VAI À ESCOLA: DETETIVES INVESTIGADORES E DEFENSORES DO PATRIMÔNIO

O projeto *O Arquivo vai à escola: detetives investigadores e defensores do patrimônio* faz parte do programa de Educação Patrimonial do AHPMV e é desenvolvido desde o segundo semestre de 2013, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SMED), órgão responsável por articular ações educativas e culturais em comunidades menos contempladas. De acordo com o projeto, elaborado por Fluck (2013), seu objetivo geral é: “Sensibilizar para as questões de patrimônio, apoiando a formação de atitudes e cuidado com bens patrimoniais”.

O diferencial dessa iniciativa é o local onde as atividades ocorrem, conforme o próprio nome indica: a escola das crianças. A variação de local se dá em razão da falta de verba para transportar os educandos das escolas da periferia de Porto Alegre até o bairro Partenon, onde se encontra o AHPAMV. Dessa forma, estudou-se como alternativa a ida dos técnicos do Arquivo até o ambiente escolar. O que acarreta benefícios para o processo de ensino e de aprendizagem, pois a possibilidade desse encontro na escola permite uma ressignificação do espaço escolar a partir do conceito patrimônio, melhorando seu cuidado, ao mesmo tempo em que um novo olhar sobre o patrimônio do bairro é estimulado.

O projeto foi criado para ser desfrutado por estudantes dos anos iniciais⁸ e finais⁹ do Ensino Básico da rede municipal pública, atendendo a faixa-etária dos 6 aos 14 anos de idade

⁸Anos iniciais: 1º ao 5º ano do Ensino Básico.

⁹Anos finais: 6º ao 9º ano do Ensino Básico.

– tendo como base o tempo regular de estudos no Ensino Fundamental de 9 anos –, inseridos em seus próprios contextos comunitários e escolares.

De maneira mais específica, tem-se que os objetivos do projeto primam por:

- a) Perceber a importância do documento como patrimônio de memórias coletivas;
- b) Conhecer formas de restauração e conservação documental;
- c) Identificar bens patrimoniais da escola;
- d) Expandir o olhar para o patrimônio do bairro;
- e) Estimular a leitura;
- f) Identificar a biblioteca com espaço cultural. (FLUCK, 2013, p.1)

Para tanto, os agentes do Arquivo se utilizam da metodologia já trabalhada no programa de Educação Patrimonial do AHPAMV, e específica para o desenvolvimento de atividades educativas voltadas ao estudo do patrimônio. A ludicidade é o ponto de partida para trabalhar o encontro entre educandos e Arquivo, pois é a partir disso que se abordam os documentos da escola, o prédio da escola e a natureza em torno da escola enquanto patrimônio. E a abordagem lúdica prevê trazer um novo significado sobre esses objetos, de maneira que eles possam ser vistos enquanto bens patrimoniais, ganhando valor de símbolo cultural no meio em que estão inseridos.

Para a execução do projeto *O Arquivo vai à escola: Detetives investigadores e defensores do patrimônio*, os técnicos do AHPAMV prepararam materiais tendo em vista cada etapa de execução das atividades a serem desenvolvidas nas escolas. Tendo a ludicidade como ponto alto na confecção de cada objeto. A atividade proporciona o contato dos educandos com um livro de iluminuras, onde estão descritos detalhadamente os três patrimônios que compõem o Arquivo Histórico; um mapa de pergaminho, no qual o sítio do AHPAMV está representado; e diversos documentos antigos, como atas com tinta ferrogálica, jornais antigos, planta da cidade de Porto Alegre datado de 1914 com melhoramentos propostos, documentos atingidos por incêndio e pragas.

Figura 1 - Materiais confeccionados pela equipe do AHPAMV para a oficina do Arquivo vai à escola



Fonte: Santorum, Grazielle.

A dinâmica se desenvolve em um ponto sempre comum e estratégico, indiferentemente do bairro: na biblioteca escolar. As atividades se dão em quatro momentos. No primeiro momento acontece a contação de história sobre o AHPAMV e os bens que o compõe, e é nesta ocasião que o livro de iluminuras e o mapa de pergaminho são utilizados como recursos ilustrativos dessa história rica em patrimônios – natural, arquitetônico e documental –. A seguir, no segundo momento, os documentos antigos são trabalhados de forma a apresentar os processos de higienização e restauração. No terceiro momento, o que se desenvolve é uma atividade lúdica que mistura a descoberta dos patrimônios da escola e artes – nessa oportunidade, grupos são divididos para desbravar a área escolar como um todo, cada um dos três grupos formados deve identificar, pesquisar e representar em desenho os patrimônios natural, arquitetônico e documental da escola –. Por fim, no quarto momento, acontece o compartilhamento das descobertas feitas por cada grupo e preenche-se um painel com as informações levantadas. Como fechamento da atividade, cada estudante recebe um certificado de participação na oficina *Detetives Investigadores e defensores do patrimônio*. Nessa oportunidade, os educandos são lembrados que tal certificado é um documento que garante que seu dono conhece e preserva seu patrimônio e, além disso, constitui patrimônio documental pessoal.

3.2 RESULTADOS DO PROJETO O ARQUIVO VAI À ESCOLA: DETETIVES INVESTIGADORES E DEFENSORES DO PATRIMÔNIO

Conforme já foi apresentado anteriormente, os objetivos do projeto estão voltados à conscientização das crianças no que tange à preservação e cuidado dos bens patrimoniais. Todavia, uma pesquisa foi aplicada com a responsável¹⁰ pela elaboração e execução do projeto no AHPAMV de modo a compreender e acompanhar como vem se dando a aplicação e aceitação da proposta na rede pública municipal de ensino. Entretanto, não há a intenção de avaliar o projeto *O Arquivo vai à escola* enquanto atividade de Educação Patrimonial. Não chegaremos a conclusões de que a iniciativa cumpre ou não seus objetivos.

O que se pretende, por outro lado, é apoiar-se nele enquanto iniciativa bem fundamentada, de métodos coincidentes com os pensados para esse estudo, e analisá-lo paralelamente, enquanto parte do processo de como construir uma cultura de arquivo a partir dessa iniciativa de Educação Patrimonial.

Os comentários provenientes da análise dos dados coletados foram chamados aqui de paralelos ao *Arquivo vai à escola* por não serem acerca dos objetivos principais desse, sendo tal projeto um apoio para a pesquisa de como construir uma cultura de arquivo através da Educação Patrimonial. Os resultados da pesquisa, por sua vez, somados à interpretação¹¹ dos dados serão relacionados a seguir.

Inicialmente, tratamos sobre como o objetivo geral de “sensibilizar para as questões de patrimônio, apoiando a formação de atitudes de cuidado com bens patrimoniais” é concebido pelos estudantes que participam da oficina e, segundo a visão da responsável, isso acontece de maneira satisfatória, bem como o objetivo específico de “estimular a leitura”. Compreendemos que a conscientização cultural nas práticas educativas, seja ela na formação de leitores ou cidadãos conscientes com o cuidado necessário com a natureza, com os monumentos, prédios, livros e documentos em geral, pontua para no processo da construção de cultura de arquivo de forma ampla. Pode-se considerar, de maneira geral, que o sujeito que tem o hábito da leitura, tende a desenvolver maior discernimento a respeito do meio em que se vive, todavia, não podemos afirmar que esse é um fator definitivo no que tange a criação de uma consciência e valorização dos arquivos.

¹⁰ Rosane Maria Fluck, socióloga e técnica em cultura do AHPAMV. Autorização para uso de informações – Anexo A.

¹¹ Interpretação da autora do presente trabalho.

Em seguida, abordamos os objetivos específicos de “perceber a importância do documento como patrimônio de memórias coletivas”, “conhecer formas de restauração e conservação documental”, “identificar bens patrimoniais na escola” e “identificar a biblioteca como espaço cultural” são concebidos muito satisfatoriamente pelos estudantes após a intervenção da equipe do AHPAMV. Podemos qualificar que o reconhecimento dos estudantes no contexto dos arquivos é benéfico para o processo construtivo pretendido por nós, de maneira que tal avaliação reflete a validade em se trabalhar os temas de patrimônio na escola, podendo ser válida para nossa abordagem também. Nesse caso, da mesma forma que a leitura se faz presente em casa no papel dos pais leitores, os Arquivos se fazem presentes na vida dos educandos apresentando-se nos contextos estudantis enquanto instituições ativas, sob abordagem relacionada ao cotidiano dos estudantes.

Observa-se, portanto, a atenção do AHPAMV ao elaborar projeto *O Arquivo vai à escola: Detetives investigadores e defensores do patrimônio*, no qual a dialogicidade foi empregada enquanto metodologia para atrair a atenção do público. Já foi abordado neste trabalho a necessidade de o educador entender o contexto do educando, e, assim, oportunizar uma metodologia que vá de encontro com o cotidiano e realidade deste. As crianças contempladas por esse projeto têm a oportunidade prática de construir conhecimento, pois se veem representadas no conteúdo abordado.

Em relação ao objetivo específico “expandir o olhar para o patrimônio do bairro” foi considerado insatisfatório no que diz respeito à concepção de entendimento após a oficina. Seguindo a ótica exposta anteriormente, nesse item da pesquisa se tem uma perda para nós. Pois, no momento que o arquivo é inserido na vida da criança, sob a perspectiva da sua escola, se espera que ela leve os conhecimentos adquiridos adiante, de maneira a observar que o que está ao redor dela também faz parte daquele patrimônio. A autora Teixeira (2008), já citada anteriormente, apresenta a ideia de “espelho” para explicar ações educativas nas quais os bens patrimoniais são tratados dentro dos bairros das crianças, possibilitando o reflexo da própria vida e, entre outros, identidade cultural da criança. Um resultado assim seria, por conseguinte, um aspecto de que o arquivo está imbuído no cotidiano do indivíduo.

Dando continuidade aos dados coletados, ficou visto que a proposta da hora do conto é muito satisfatória e tem total engajamento do público. A parceria entre Biblioteca Escolar e Arquivo Histórico é positiva e deve continuar. A responsável pelo projeto citou três benefícios da relação:

Reconhecimento, por parte das crianças, de que o conhecimento é passado por fontes escritas;
Reconhecimento de que as histórias registradas nos livros guardados na biblioteca precisaram ser pesquisadas em outras fontes para serem construídas, as primárias (que estão guardadas nos arquivos); e
Entendimento da necessidade de cuidados – preservação e conservação – dos bens patrimoniais guardados em arquivos e bibliotecas. (FLUCK, 2013a).

A maneira como se introduz uma iniciativa é sempre muito importante. No caso deste projeto, é visto que obteve pontos com seu público-alvo ao oferecer atividades e materiais de apoio lúdicos logo na aproximação. Quanto ao local proposto, a biblioteca, vem a contribuir para a formação cultural enfim, pois no sentido de educar e formar cidadãos a Biblioteca Escolar se torna um local imprescindível de cultivo, onde o professor e o bibliotecário devem desenvolver práticas de estímulo à leitura. Tais ações até podem vir a promover uma consciência futura favorável ao uso dos arquivos, mas não incidem diretamente na criação da cultura de arquivo, sim, na formação de sujeitos leitores. A Biblioteca Escolar cumpre aqui, portanto, um de seus papéis principais que é o de oportunizar vivências de imaginação e entretenimento, conforme visto anteriormente no manifesto IFLA/UNESCO.

Em relação ao público, acredita-se que o mais adequado para *O Arquivo vai à escola: Detetives investigadores e defensores do patrimônio* seja o de educandos dos anos iniciais do Ensino Básico. Tal afirmativa, retirada da pesquisa realizada com a responsável, vai ao encontro com as concepções levantadas neste trabalho, pois se acredita que nos primeiros anos escolares seja o melhor momento de introduzir a importância dos arquivos na vida das crianças, afinal, é quando estão se formando enquanto sujeitos. Pensa-se, portanto, que desse modo elas cresceriam habituadas com os temas propostos pela Arquivologia, e, dessa forma, se desenvolveriam já naturalizados com a importância das instituições arquivísticas. Fato esse bastante relevante para a construção estudada por nós.

Outro ponto levantado na pesquisa foi em relação aos patrimônios abordados no projeto: patrimônios natural, arquitetônico e documental. Os itens que mais interessaram os estudantes contemplados pela oficina, de acordo com as observações da responsável, foram os patrimônios natural e documental. Porém, tal resultado não vai de encontro com nossas expectativas na criação de uma cultura de arquivo propriamente, pois não revelam iniciativas posteriores no sentido de crianças aplicando o que aprenderam em seus ambientes. Sendo necessário, nesse caso, a aplicação de uma pesquisa mais específica enfocando o público participante.

Por fim, obtivemos dados a respeito dos professores envolvidos no *Arquivo vai à escola*, de modo a compreender que há formação no AHPAMV para torná-los mediadores

qualificados da relação arquivo-aluno. Fato, esse, muito válido para a proposta da criação de uma cultura de arquivo, pois, no momento que o professor utilizar os documentos como recursos pedagógicos, suas aulas ganharão a força de estudo coletivo com propriedade de fonte. Partindo do princípio já tratado neste trabalho, dos arquivos enquanto centros de memória, de bens públicos, de identidade e conhecimento, refletindo a história local. Nesse sentido, os alunos terão suas vidas particulares, familiares e comunitárias passíveis de reconhecimento ao decorrer do processo. Todavia, acreditamos que para que a cultura venha a se construir de fato, a utilização do documento como recurso na sala de aula – ou no arquivo – deve ser tida de modo sistêmico, introduzido nos anos iniciais do Ensino Básico e mantido até seu término.

Ainda relacionado a este último aspecto coletado, tem-se que: por outro lado, após a formação docente e oficina com os educandos, o Arquivo Histórico não realiza nenhuma atividade de acompanhamento com os docentes e discentes já contemplados. Este é um aspecto negativo para a nossa perspectiva, pois evidencia perdas para o processo de criação de uma cultura de arquivo, haja vista que a formação acontecerá, provavelmente, uma única vez ao longo de toda vida escolar do indivíduo.

Ao fim da análise, foi possível identificar alguns pontos que se destacam como positivos para a construção de uma cultura de arquivo, conforme esperávamos. A começar pela abordagem adequada para faixa-etária, pois, quando acertamos os pontos a serem trabalhados com cada tipo de público, há engajamento imediato dos participantes. Em relação à abordagem metodológica também avaliamos como positiva, pois acarreta no bom desempenho dos educandos, mesmo em curto espaço de tempo. Apresentar o Arquivo a partir do reconhecimento do espaço do próprio estudante é um aspecto decisivo para o sucesso da aprendizagem, de maneira que, para o processo de construção de uma cultura de arquivo, cria-se uma vantagem no momento em que a criança já se reconhece naquela realidade social e cultural.

E, de maneira mais ampla, acreditamos que a proposta das ações educativas promovem por si um olhar mais atento para as causas culturais. Todavia, essa breve conscientização não é suficiente para a proposta estudada neste trabalho, pois a entendemos por um processo. E, inserido nesse método, está o acompanhamento que os projetos de Educação Patrimonial demandam.

Sendo assim, não foi possível concluir que a iniciativa do AHPAMV *O Arquivo vai à escola: Detetives investigadores e defensores do patrimônio* é uma prática que efetivamente constrói uma cultura de arquivo. Por isso, acreditamos não ser possível decretar um parecer a

esse respeito, pois o projeto acabou por expor uma situação bastante importante e passível de longas pesquisas: a Educação Patrimonial é uma das bases para a construção de uma cultura de arquivo.

Dessa forma, o que temos é um cenário multidisciplinar do qual as instituições arquivísticas dependem hoje para serem reconhecidas e valorizadas. Apresentaremos, a seguir, algumas perspectivas que tangenciam a conscientização da sociedade sobre a criação de uma cultura de arquivo.

4 CONCLUSÃO

A análise do projeto *O Arquivo vai à escola: Detetives investigadores e defensores do patrimônio* proporcionou o conhecimento de uma ação educativaprática, inserida no contexto de um arquivo público municipal, com ativo e exemplar programa de Educação Patrimonial. Fixada nessa realidade, foi possível avaliar como se viabilizaria a construção de uma cultura de arquivo a partir da inserção do arquivo na escola tendo o público discente do Ensino Básico como alvo.

Os resultados obtidos na pesquisa e apresentados anteriormente não trouxeram propriamente conclusões no que diz respeito à máxima deste trabalho, a criação de uma cultura de arquivo, mas inquietações. Acredita-se que, enquanto projeto de Educação Patrimonial, a proposta atende seus objetivos propostos, chamando a atenção do público escolar para as questões tão importantes de cuidado com os bens patrimoniais. Por outro lado, não ousamos definir aqui que *O Arquivo vai à escola* possibilita a construção efetiva de uma cultura de arquivo, pois acreditamos que esse processo requer um estudo, em longo prazo e envolvendo diversos seguimentos da sociedade.

Tendo em vista que a cultura, aqui, é uma tomada de hábito em relação ao uso dos arquivos enquanto patrimônios, responsáveis pela memória e conhecimento da sociedade, promotores de democracia e cidadania, e há um déficit perante a sociedade em relação a essa conscientização tão importante e valiosa em todos os sentidos. Apresentaremos a seguir alguns seguimentos da sociedade que avaliamos mais estratégicos para a discussão da construção de uma cultura de arquivo.

Inicialmente, trataremos daquele que acreditamos ser o responsável principal pelo desencadear de mudanças práticas sobre o mundo dos arquivos: o seu profissional. Tomando o arquivista como protagonista da transformação cultural em que os arquivos tomam extensão educacional para assumir dimensão democrática e cidadã, é preciso questionar como se dá o movimento de formação acadêmica até entrada e atuação desses profissionais do mundo do trabalho.

A autocrítica começa, portanto, nos currículos de Arquivologia das Universidades que não têm como foco o estímulo do potencial educacional dos serviços e produtos do arquivo, e principalmente, o incentivo formativo do arquivista como educador. Acreditamos que, no momento em que a formação acadêmica proporcionasse a conscientização, através de princípios ideológicos, formariam profissionais comprometidos. Seria desse modo, portanto,

uma alternativa de transgredir a formação e atuação profissional tecnicista e partir para a perspectiva de arquivistas militantes, com prioridades bem definidas no âmbito educacional e cultural, com vistas à difusão dos arquivos.

Sob essa ótica, o arquivista atuante nas instituições, sobretudo as públicas, se mobilizaria para desenvolver projetos que possibilitem o acesso aos arquivos. Tendo o objetivo deste trabalho em mente, o que se pensa é o profissional social, agindo em prol de ações educativas. Todavia, sabe-se que a mão de obra especializada nessas instituições é escassa e, muitas vezes, os projetos culturais são interrompidos por falta de quem assuma essas demandas. Então, o que se pensa é no arquivista educador, com relevante papel social e, sobretudo, formador. Aí entra uma peça muito importante no processo de transformação que estamos propondo, o professor.

Seguindo com nossa proposta, temos outro seguimento da sociedade que julgamos definitivo para a construção de uma cultura de arquivo: o docente de Ensino Básico. Acreditamos que, dando continuidade nessa formação e atuação do arquivista, o professor tem papel fundamental para alicerçar o arquivo enquanto fonte de conhecimento reconhecida para o público escolar. Assim, caberia aos arquivistas desenvolverem projetos que visem à formação dos professores, transformando-os em multiplicadores do arquivo. Nesse sentido, o arquivo seria levado para a sala de aula através de diferentes áreas do conhecimento e propostas pedagógicas, pois estariam arraigadas no cotidiano escolar. Podendo ser promovidas com certa frequência, até mesmo, visitas guiadas às instituições arquivísticas, como é comum acontecer às museológicas.

Por fim, a prática sistêmica da formação docente, utilização em sala de aula e acompanhamento da instituição arquivística suscitariam a intervenção governamental que, de fato, regulariam a utilização dos arquivos na construção do conhecimento histórico e social. Uma vez que somente a partir da existência de uma cultura de arquivo na sociedade é que poderão ser promovidas políticas públicas que rejam os currículos escolares para tanto.

Em suma, o que sugerimos aqui é que o processo de construção de uma cultura de arquivo não é uma ação isolada, sim uma questão a ser construída coletivamente. Todavia, o processo é longo e requer muito comprometimento. Sendo o principal promotor dessa mudança, o próprio arquivista, que atuando consciente de seu papel social e estrategicamente dentro de seu contexto institucional, poderá prover ferramentas para alcançar o público escolar e obter sucesso na construção de uma cultura de arquivo há longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ALBERCH i FUGUERAS, R.; *et al.* **Archivos y cultura**: manual de dinaminación. Asturias: Trea, 2001.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BELLOTTO, H. L. Documentos de arquivo e sociedade. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31, p.167-186, jan-jun. 2002.
- BRASIL. Congresso. **Constituição [da] República Federativa do Brasil. [1988]**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- BRASIL. Congresso. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996[a]**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 30 ago. 2013.
- BRASIL. Congresso. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em 30 ago. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1996.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- COSTA, W. A. **50 sugestões didático-pedagógicas para o ensino da leitura e da escrita em sala de aula**. Cuiabá: Entrelinhas/EDUFMT, 2006.
- FLUCK, R. M. O Arquivo vai à escola: detetives investigadores e defensores do patrimônio. [Projeto do AHPAMV]. 2013. [Documento interno – não publicado].
- FLUCK, R. M. **Resposta em questionário**. 2013a. [Documento eletrônico – não publicado].
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GARCÍA, L. M. La difusión por la difusión. *In*: **Archivos, ciudadanos y cultura**. Toledo: Anabad-Castilla La Mancha, 1999. p. 29-55
- GORCZEWSKI, C; MARTIN, N. B. **A necessária revisão do conceito de cidadania**: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_editora_livro/e_book.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2013.

HORTA, M. L. P. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES - ICA. **Declaração universal sobre os arquivos**. 2010. Disponível em: < <http://www.ica.org/download.php?id=1484>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. **Directrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares**. 2006. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

KOTLER, P. **Administração de marketing: a edição do novo milênio**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MACHADO, M. B. P. **Educação patrimonial: orientações para professores de ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Ed., 2004.

MINUZZO, L. U. **Atividades culturais e educativas em arquivos: um estudo de caso sobre o Arquivo Histórico Moysés Vellinho**. Porto Alegre: 2010. 93f. Monografia. (Trabalho de Conclusão do Curso de Arquivologia – Fabico/UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28449/000770924.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 out. 2013.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa: um conceito subjacente. *In: Encontro Internacional sobre el Aprendizaje Significativo.*, Burgos, 1997. *Actas...*, Burgos: Universidad de Burgos, 1997. p.19-44. Disponível em: < <http://www.if.ufrgs.br/~moreira/apsigsubport.pdf> >. Acesso em: 20 dez. 2013.

MOREIRA, N. **A relação professor-aluno no filme “Escritores da Liberdade”**: o papel do diálogo na construção do conhecimento. São Paulo, 2010. 46f. Monografia. (Trabalho de Conclusão do Curso de Biologia – Universidade Presbiteriana Mackenzie). São Paulo. 2010. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Ciencias_Biologicas/1o_2012/Biblioteca_TCC_Lic/2010/2o_2010/NATALIA_MOREIRA.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Arquivo Histórico de Porto Alegre - Moysés Vellinho. **Guia do Arquivo Histórico de Porto Alegre**: Moysés Vellinho. 2. Ed. Rev. Ampl. Porto Alegre: AHPAMV, 2009. Disponível em: < http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/guia_do_arquivo_historico_-_2ed.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

RIBEIRO, S. L. **Processo ensino-aprendizagem: do conceito à análise do atual processo**. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/artigos/37.htm#>>. Acesso em: 20 maio 2014.

ROSSI, C. A. V; SLONGO, L. A. Pesquisa de Satisfação de Clientes: O Estado-da-Arte e Proposição de um Método Brasileiro. **Revista de Administração Contemporânea**, v.2, n.1, jan-abr, São Paulo: RAC, 1998.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=xyBVM4Zz3rYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 18 maio 2014.

SILVA, T. T. Pedagogia do oprimido versus pedagogia do conteúdo. *In: Teorias do currículo*: uma introdução crítica. Belo Horizonte: Porto Editora, 2000. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC23/23-arquivo.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2014.

TEIXEIRA, C. A. R. A Educação Patrimonial no ensino de História. **Biblos**, Rio Grande, n. 22, v. 1, p. 199-211, 2008. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=10307>. Acesso em: 16 jan. 2014.

ANEXO A- Autorização de Pesquisa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Eu, Rosane Maria Fluck, abaixo assinada, autorizo Grazielle Erig Santorum, estudante de Arquivologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título "A Educação Patrimonial na construção de uma cultura de arquivo" e está sendo orientado pelo Prof. Me. Jorge Eduardo Enriquez Vivar.

Porto Alegre, 13 de julho de 2014.

Assinatura do entrevistado

ANEXO B – Formulário de Pesquisa.

Questionário

Resultados do Projeto *O Arquivo vai à escola: detetives defensores e investigadores do patrimônio*

1) Desde a criação do projeto, quantas escolas já foram atendidas?

Pode ser um número aproximado (até abril de 2014)

Resposta: 14

2) Quantas crianças/jovens estima-se que já tenham sido contempladas pelo projeto?

Pode ser um número aproximado.

Resposta: 1057

3) O público atendido pelo projeto, em sua maioria, constitui-se de:

Resposta:

Estudantes de Educação Infantil

✓ Estudantes de Ensino Básico (séries iniciais - 1º ao 5º ano)

✓ Estudantes de Ensino Básico (séries finais - 6º ao 9º ano)

Estudantes do Ensino Médio

Outros: -

4) Qual o público que você considera o mais adequado para participar das atividades propostas pelo projeto em questão?

Resposta:

Estudantes de Educação Infantil

✓ Estudantes de Ensino Fundamental 1 (séries iniciais - 1º ao 5º ano)

Estudantes de Ensino Fundamental 2 (séries finais - 6º ao 9º ano)

Estudantes do Ensino Médio

Professores

Outros: -

5) Quais são as peculiaridades das temáticas abordadas nas diferentes escolas visitadas?

Dentro das temáticas propostas pelo projeto, conte-me o que é desenvolvido nas vivências com os estudantes.

Resposta: A atividade começa com uma contação de histórias, através de um livro de iluminuras e um pergaminho, sobre o Arquivo histórico e seus 3 patrimônios: natural, documental e arquitetônico. Este é o primeiro momento. No segundo são apresentados fontes documentais diversas de épocas históricas diferentes para conhecer forma e conteúdo dos antigos documentos da cidade. É descrito, também, o processo de

higienização e restauração documental. No 3º momento os alunos divididos nas equipes: patrimônio natural, patrimônio arquitetônico, patrimônio documental e conhecem a escola por este viés, descrevendo por desenhos as características arquitetônicas do prédio escolar e a descoberta do patrimônio natural. A equipe do patrimônio documental é instigada a observar alguma documentação da escola e fazer uma entrevista para produzir um documento em que a história da escola é contada. As descobertas dos grupos são compartilhadas no momento seguinte em que um grande painel é completado, estabelecendo o paralelo entre os bens patrimoniais do Arquivo e os da escola. Finalizando a atividade os alunos recebem um certificado que os qualifica como investigadores e defensores do patrimônio.

- 6) Como você considera que o objetivo geral de "sensibilizar para as questões de patrimônio, apoiando a formação de atitudes de cuidado com bens patrimoniais" é concebida pelos estudantes após a intervenção da equipe do AHPAMV?

Resposta:

- Muito satisfatoriamente
- ✓ Satisfatoriamente
- Insatisfatoriamente
- Muito insatisfatoriamente
- Sem opinião

- 7) Como você considera que o objetivo específico de "perceber a importância do documento como patrimônio de memórias coletivas" é concebida pelos estudantes após a intervenção da equipe do AHPAMV?

Resposta:

- ✓ Muito satisfatoriamente
- Satisfatoriamente
- Insatisfatoriamente
- Muito insatisfatoriamente
- Sem opinião

- 8) Como você considera que o objetivo específico de "conhecer formas de restauração e conservação documental" é concebida pelos estudantes após a intervenção da equipe do AHPAMV?

Resposta:

- ✓ Muito satisfatoriamente
- Satisfatoriamente
- Insatisfatoriamente
- Muito insatisfatoriamente
- Sem opinião

- 9) Como você considera que o objetivo específico de "identificar bens patrimoniais na escola" é concebida pelos estudantes após a intervenção da equipe do AHPAMV?

Resposta:

- ✓ Muito satisfatoriamente
Satisfatoriamente
- ✓ Insatisfatoriamente
Muito insatisfatoriamente
Sem opinião

10) Como você considera que o objetivo específico de "expandir o olhar para o patrimônio do bairro" é concebida pelos estudantes após a intervenção da equipe do AHPAMV?

Resposta:

- Muito satisfatoriamente
Satisfatoriamente
- ✓ Insatisfatoriamente
Muito insatisfatoriamente
Sem opinião

11) Como você considera que o objetivo específico de "estimular a leitura" é concebida pelos estudantes após a intervenção da equipe do AHPAMV?

Resposta:

- Muito satisfatoriamente
- ✓ Satisfatoriamente
Insatisfatoriamente
Muito insatisfatoriamente
Sem opinião

12) Como você considera que o objetivo específico de "identificar a biblioteca como espaço cultural" é concebida pelos estudantes após a intervenção da equipe do AHPAMV?

Resposta:

- ✓ Muito satisfatoriamente
Satisfatoriamente
Insatisfatoriamente
Muito insatisfatoriamente
Sem opinião

13) O que você considera como benefícios para as crianças e jovens em relação ao paralelo criado entre o Arquivo Histórico e a Biblioteca Escolar?

(Se possível, cite 3 benefícios)

Resposta: 1. Reconhecer que o conhecimento é passado por fontes escritas; 2. Que a história que vemos nos livros (guardados nas bibliotecas) para ser construída precisou de outras fontes, as primárias (guardadas nos arquivos); 3. Entender a necessidade de

cuidados especiais, que são os mesmos, para a preservação e conservação dos bens patrimoniais de arquivos e bibliotecas.

14) Sobre o momento lúdico proposto, a hora do conto, como se dá o engajamento do público nessa atividade?

Resposta:

- ✓ Muito satisfatoriamente
- Satisfatoriamente
- Insatisfatoriamente
- Muito insatisfatoriamente
- Sem opinião

15) E sobre a atividade lúdica que visa o reconhecimento do patrimônio da comunidade escolar. Você considera que há maior interesse por algum tipo de patrimônio por parte do público participante?

Resposta:

- ✓ Patrimônio natural
- Patrimônio arquitetônico
- ✓ Patrimônio documental
- Não foi verificada preferência

16) Em relação aos professores envolvidos, quais as práticas voltadas a esse público específico?

Resposta: Formação de professores no Arquivo Histórico de forma a torná-los mediadores qualificados da relação arquivo/aluno.

17) Realiza-se algum acompanhamento com o corpo docente participante para saber se houve continuidade das ideias e conceitos trabalhados na visita à escola?

Realiza-se algum acompanhamento com o corpo docente participante para saber se houve continuidade das ideias e conceitos trabalhados na visita à escola?

Resposta: Não.

18) Utilize este espaço para dissertar sobre assuntos não abordados anteriormente, também para eventuais dúvidas, sugestões e/ou reclamações.

Resposta: O Projeto teve início no ano passado. Algumas alterações já estão previstas no sentido de melhor aproveitamento das oficinas. Este ano será realizado em apenas 1 escola municipal com a proposta de atendimento de todas as turmas até a 4ª série. Os resultados, desenhos e documentos produzidos pelos alunos, serão apresentados na mostra cultural. Serão realizadas também mais 8 oficinas com um grupo menor de alunos que farão o resgate da história da escola. Meta da instituição para este ano. Esta história vai ser apresentada por

um pergaminho e um livro de iluminuras feito pelos alunos deste grupo menor ficando a disposição da biblioteca para ser usado pelo grupo de contadores de história da escola. A idéia é que todos os alunos ingressantes possam conhecer a história deste espaço de educação que foi criado pelo empenho da comunidade